21 a 22 agosto 2025
CAMPINAS
VALENCIA
19 a 20 junho 2025
XVII SIIU
Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo
DOI: 10.5821/siiu.14178

LUTA POR MORADIA NO CENTRO DE SÃO PAULO

O Caso Hotel Cambridge

AVILA, Renata Vital de[1]
ANTONUCCI, Denise[2]

Abstract
This article analyzes the defense for social housing in downtown São Paulo, with an emphasis on the actions of social movements, using the Cambridge occupation as a case study. Based on a historical and bibliographical review, the study discusses how urban planning, and public policies have led to the exclusion of low-income populations from the central area. In this scenario, housing movements have strengthened, promoting occupations of vacant properties as a way of demanding the right to housing and pressuring the government for inclusive housing policies. The text contextualizes the historical urban transformations in downtown São Paulo, highlighting interventions such as the Plano de Avenidas and the opening of roads and squares, which resulted in removals and the strengthening of socio-territorial inequalities. These projects prioritized the modernization of the city, to the detriment of the housing demands of the lower classes. The case of the Hotel Cambridge, which was occupied in 2012 by the MSTC, exemplifies the resistance and the capacity for articulation of social movements. After years of mobilization, the property was expropriated for social housing purposes, demonstrating the leading role of the movements in building a more just and inclusive city.

Keywords: *Social Housing in São Paulo downtown, Housing social Movements, The right to city.*

Resumo
O presente artigo analisa a luta por habitação social no centro de São Paulo, com ênfase na atuação dos movimentos sociais, tendo como estudo de caso a ocupação Cambridge. A partir de revisão histórica e bibliográfica, o estudo discute como o planejamento urbano e as políticas públicas contribuíram para a exclusão da população de baixa renda da área central. Frente a esse cenário, os movimentos de moradia fortaleceram-se, promovendo ocupações de imóveis ociosos como forma de reivindicar o direito à moradia e pressionar o poder público por políticas habitacionais inclusivas. O texto contextualiza historicamente as transformações urbanas no centro paulistano, destacando intervenções como o Plano de Avenidas e a abertura de vias e praças, que resultaram em remoções e reforçaram desigualdades socioterritoriais. Tais projetos priorizaram a modernização da cidade, em detrimento das demandas habitacionais das camadas populares. O caso do Hotel Cambridge, ocupado em 2012 pelo MSTC, exemplifica a resistência e a capacidade de articulação dos movimentos sociais. Após anos de mobilização, o imóvel foi desapropriado para fins de habitação social, demonstrando o protagonismo dos movimentos na construção de uma cidade mais justa e inclusiva.

[1] Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil, https://orcid.org/0009-0008-0362-8414, revitavila@gmail.com.
[2] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil, https://orcid.org/0000-0002-6693-3001, denise.antonucci@mackenzie.br.

Palavras-chave: *Habitação Social no centro de São Paulo, Movimentos de Moradia, Direito à Cidade.*

Área temática: *Cidade.*

Subárea temática: *Habitação e a Cidade.*

1. Introdução

A luta por habitação social no centro de São Paulo revela dinâmicas sociais e urbanísticas que vão além da questão habitacional. Este estudo propõe analisar como os processos de planejamento urbano e as políticas públicas aplicadas à área central da cidade contribuíram para a produção de desigualdades socioespaciais, afetando especialmente a população em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Trata-se de um grupo que necessita de políticas públicas que garantam seus direitos fundamentais, entre os quais a moradia se destaca como elemento central e condição de acesso aos demais direitos.

A partir de revisão bibliográfica, contextualiza-se o cenário de planos urbanísticos que contribuíram para as desigualdades socioterritoriais e a lógica de expulsão dos moradores mais pobres da região central, marcando a história da cidade e o modo precário e informal de morar por parte da população. Considerando que a partir da redemocratização, os movimentos sociais e de luta por moradia se organizam para reivindicar direitos básicos, e ao longo das décadas de 1980 e 1990, se fortalecem e se organizam, iniciando ocupações de imóveis vazios, que não exerciam a função social da propriedade, prevista na Constituição Federal de 1988. Tais fatos visam pressionar o poder público para a implantação de políticas habitacionais que atendam à demanda por moradia para população de baixa renda.

Este artigo utiliza o caso do Hotel Cambridge para analisar os processos sociais e urbanos que moldaram as transformações desse espaço, desde sua ocupação, destacando as mudanças socioterritoriais e a atuação dos movimentos de moradia. O estudo traça a história do edifício, desde o momento em que foi construído para uso hoteleiro na década de 1950 até sua ocupação em 2012 pelo Movimento Sem-Teto, quando o imóvel não cumpria sua função social. A ocupação, liderada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), se tornou um marco na luta pela moradia digna na área central da cidade. Após cerca de uma década de resistência, o prédio foi desapropriado e destinado à Habitação de Interesse Social, com o MSTC participando ativamente de todo o processo, viabilizando moradia digna para os ocupantes e garantindo a permanência em uma área privilegiada da cidade. A ocupação Cambridge não é apenas um exemplo viabilização de Habitação de Interesse Social, mas também um símbolo de resistência e mobilização social, promovendo a função social da propriedade e reafirmando o direito à cidade. Este caso evidencia a importância da colaboração entre movimentos sociais e políticas públicas no enfrentamento do déficit habitacional e destaca a necessidade de uma gestão urbana considerando a atuação dos movimentos e da população mais necessitada.



Fig. 1 *Fachada Residencial Cambridge 2023.* Fonte: Renata Bitar

Desde os anos 1960, a habitação passou a ser debatida no contexto da Reforma Urbana, com foco no papel do Estado na promoção da justiça territorial. O movimento pela Reforma Urbana foi fundamental para a incorporação dos princípios do direito à cidade na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 182 e 183, que instituíram a função social da propriedade urbana e o direito à usucapião especial urbana. Essa mobilização social, articulada nacionalmente por meio do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), exerceu pressão significativa sobre o processo constituinte, contribuindo para uma perspectiva que divergia do modelo excludente e fragmentado de desenvolvimento urbano predominante (Antonucci, 1991; Rolnik, 1997). A partir dessas garantias constitucionais, em 2001 o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), sistematizou e regulamentou os dispositivos constitucionais, estabelecendo um conjunto de instrumentos jurídicos e administrativos voltados para a promoção da gestão democrática das cidades e a efetivação da função social da propriedade (Ferreira, 2010). Entre esses instrumentos, destacam-se o Plano Diretor – obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes – e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), fundamentais para a regularização fundiária, o reconhecimento de territórios ocupados e a proteção contra a remoção forçada (Rolnik, 2015). As ZEIS configuram mecanismos estratégicos para a garantia do direito à moradia digna, pois reconhecem o caráter legítimo das ocupações e estabelecem parâmetros específicos para urbanização e permanência das populações de baixa renda em áreas centrais ou periféricas. Assim, a atuação do movimento pela Reforma Urbana teve sua relevância, não apenas na formulação dos fundamentos legais do direito à cidade, mas também na viabilização de instrumentos concretos de política urbana que sustentam a luta por justiça social nas cidades brasileiras (Antonucci, 1991; Maricato, 2011).

2. O Histórico de planos urbanísticos e a relação com as desigualdades socioterritoriais no centro de São Paulo

Historicamente, o cenário de atuação do poder público com intervenções urbanísticas na região do centro de São Paulo, tem o teor de expulsão das camadas sociais menos favorecidas em evidência desde o final do século XIX, com forte investimento em grandes obras como a inauguração do Viaduto do Chá (1892), da Estação Ferroviária da Luz (1901), do Teatro Municipal(1911), Viaduto Santa Efigênia (1913), ampliação do Largo do Rosário (atual Praça Antonio Prado), reforma e ampliação da

Praça da Sé e criação da Praça Patriarca, em sua maioria obras realizadas na gestão municipal do prefeito Antonio Prado (1899-1910). Na gestão seguinte, do prefeito Raimundo Duprat (1911-1914), é executado projeto de reforma do Vale do Anhangabaú, considerado uma das primeiras grandes reformas urbanísticas na cidade[3] (Campos, 2002; Frúgoli, 2000). Estas intervenções sobre o território repercutiram diretamente sobre a população mais pobre que ali habitava, com a remoção e demolição de áreas consideradas "degradadas", em especial cortiços que serviam de moradia para esta população, conforme descreve Rolnik:

> A europeização como sinônimo de modernização se inscreve de forma nítida no espaço urbano: no Centro Histórico, a colina original estruturada em torno de igrejas e ordens coloniais – do Carmo, São Francisco, São Bento e seus largos – sofreu uma primeira grande reforma urbanística no vale do Anhangabaú, com a implantação do projeto do engenheiro francês Joseph-Antoine Bouvard, encarregado de obras públicas em Paris. […] A construção dessa paisagem francesa implicou demolições, despejos e remoções em massa de moradias populares que ocupavam o centro da cidade com sobrados, oficinas e quartos de aluguel (Rolnik, 2022, p. 31).

O processo de modernização da cidade continuou ao longo dos anos 1930-1940 com intervenções urbanísticas de grande porte, como o Plano de Avenidas, idealizado pelo engenheiro Ulhoa Cintra, que fazia parte da Secretaria de Viação e Obras, juntamente com o engenheiro Francisco Prestes Maia que assume a prefeitura de São Paulo (1938-1945), com "diretrizes expansionistas, rodoviaristas e verticalizadoras" (Campos, 2002, p. 394). O plano propunha a concepção de um desenho radial perimetral de vias em torno do centro da cidade, utilizando as avenidas Nove de Julho e 23 de Maio, atualmente conhecida como Avenida Prestes Maia, estabelecendo um "sistema Y" de entroncamento central, articulando-se com as avenidas Consolação/Rebouças e Radial Leste, e contemplava a expansão do centro urbano, priorizando a circulação e o transporte sobre rodas (Campos, 2002; Rolnik, 2022; Frúgoli, 2000). A avenida Nove de Julho, é inaugurada, um primeiro trecho em 1938, sendo um dos elementos estruturais do Plano de Avenidas e tem o processo de ocupação e construção de edificações intensificado nos anos 1950 e 1960 com a produção da arquitetura moderna na cidade (Antonucci *et al.*, 2023). É onde se localiza o Edifício Cambridge, inaugurado em 1953 como Hotel de luxo, objeto de estudo de caso de um imóvel que passou por mudanças de uso e ocupação e que nos mostra as transformações da cidade e da luta por moradia na área central da cidade.

O setor hoteleiro estava em crescimento na cidade, no início da década de 1950, principalmente devido ao plano de comemorações do IV Centenário da Cidade, através da Lei Municipal 4.281/1952, no qual previa-se a isenção de impostos para hotéis em construção ou em vias de inauguração até a data das comemorações (1954), incentivando investimentos para a construção de hotéis na cidade (Monteiro, 2006).

Com relação a política habitacional, a partir de 1933, o Governo Federal sob comando de Getúlio Vargas, cria os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), considerada uma política que não atendeu à demanda habitação para a população mais pobres, e surge com caráter populista, como uma espécie de projeto nacional desenvolvimentista, promovendo o financiamento da casa própria para o trabalhador da classe média, tendo a habitação como forma de reprodução da força de trabalho, com a participação dos três atores: Estado, empregador e empregado (Antonucci *et al.*, 2023; Bonduki, 2004). Boa parte dos conjuntos habitacionais dos IAPs tinham como característica a qualidade dos projetos, com inovação em termos de arquitetura e urbanismo, "aliando qualidade ao baixo custo" (Antonucci *et al.*, 2023, p. 176). Na área central da cidade de São Paulo, o edifício Japurá, localizado na rua Japurá é um exemplo de conjunto habitacional promovido pelos IAPs, considerado um projeto inovador, desenvolvido pelo arquiteto Eduardo Kneese de Mello, contempla 288 unidades habitacionais, com apartamentos compactos e duplex. A construção do prédio promoveu a remoção de cortiços, em um território conhecido como Vila Barros (Bonduki, 2004), descrita por Campos *et al.* (2002, n.031.02) como "um complexo labiríntico de cortiços, implantado naquele local a partir dos anos 1920, onde se uniam, em torno de pátios irregulares, quatro diferentes cortiços entremeados por espaços semipúblicos" e "sua demolição em 1948, para dar lugar a um conjunto residencial moderno, teria um caráter simbólico e exemplar. O projeto contou com o apoio da Prefeitura, interessada em

[3] O projeto de reforma do Vale do Anhangabaú, realizado na gestão Raimundo Duprat (1911-1914), previa três frentes de intervenção, considerando: 1) 1) alargamento da rua Líbero Badaró e a criação do parque Anhangabaú; 2) criação de novo centro cívico (depois alterado para Praça da Sé; 3) criação do Parque do Carmo, futuramente tornando-se o Parque Dom Pedro II (Campos, 2002; Frúgoli, 2000).

promover a renovação daquele setor urbano, junto ao Perímetro de Irradiação, [...] (Campos *et al.*, 2002, n.031.02). Um exemplo de política pública com a lógica da produção imobiliária, neste caso habitação popular, em que se desconsidera a permanência da população mais pobre na área central.

3. A luta dos movimentos de moradia no centro de São Paulo e as ocupações de edifícios vazios

O fenômeno urbano relacionado a ocupações de edifícios vazios na área central de São Paulo, por movimentos de moradia é tratado na maioria das referências bibliográficas, como algo que ocorreu de forma sistemática a partir do início da década de 1990 com objetivo de pressionar o poder público para a implementação de políticas públicas de atendimento à demanda por habitação e melhorias habitacionais.

Porém, historicamente, a luta pelo direito à cidade e por moradia digna para população de baixa renda na área central tem início na década de 1970, quando é criada Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca – ATRM (1979), grupo organizado por trabalhadores da indústria metalúrgica, ligados à Oposição Sindical, e que se articulam e realizam uma pesquisa sistematizando informações sobre os problemas vivenciados pelos moradores de cortiços. Posteriormente o movimento passa a se chamar "União dos Moradores dos Quintais da Mooca", e se organiza para reivindicar melhores condições de moradia, além de serviços básicos como saúde e creche para atender à demanda de mães trabalhadoras (Neuhold, 2009; Sampaio *et al.*; 2023).



Fig. 2 *Panfleto da União dos Moradores dos Quintais da Mooca.* Fonte: Stevens (2018)

Na década de 1980 é instituída a União dos Movimentos de Moradia (UMM), em 1987, com intuito de organizar e articular os diversos grupos que atuavam nas diferentes regiões da cidade, na luta por moradia (Fidélis *et al.*, 2019). Desta forma, os movimentos se fortalecem no debate e organização da luta por suas demandas.

As primeiras conquistas do movimento ocorrem somente na década de 1990, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1991) quando são desapropriados dois cortiços: o Casarão Celso Garcia e o Madre de Deus, para se transformarem 227 unidades habitacionais, passando por uma reforma de melhorias, com a participação dos antigos moradores, em regime de cogestão, autogestão e mutirão, pelo programa de Recuperação de Cortiços[4] (Sampaio, 2022). Segundo Sampaio *et al.* (2023, p. 113),

[4] O Programa de Recuperação de Cortiços foi implementado na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), e contou com recursos públicos para aquisição e reforma de imóveis para melhoria nas condições de moradia de cortiços, além de contar com

a ATRM afirma que mesmo com as dificuldades, o movimento se fortalece como grupo, neste processo de luta "porque ajudou as pessoas a entenderem que os trabalhadores só conseguem alguma melhora nas condições de vida quando tomam a iniciativa de lutar unidos e organizados".

As gestões municipais que se sucederam, comandadas por Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000), interromperam o Programa de Cortiços, inclusive deixando de repassar recursos para obras em andamento. A política habitacional municipal passou a focar na reurbanização e remoção de favelas. É neste cenário de desmonte de políticas que atendiam às demandas da população mais carente, que os movimentos se organizam para rever como atuar, ao mesmo tempo que o centro de São Paulo é colocado como foco nos debates sobre a requalificação de áreas degradadas (Miagusko, 2008; Sampaio, 2022).

A busca por melhores condições de vida nos cortiços na região central e adjacentes, impulsionou a formação de novos coletivos, culminando na criação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC)[5], em junho de 1991. Segundo Miagusko (2008), a ULC surgiu da união de três importantes organizações que atuaram na luta de moradia dos movimentos de sem-teto que vieram posteriormente: a Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca (ATRM), o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e a Pastoral de Moradia. Com a proposta de criar um movimento unificado, buscando articular as diversas iniciativas voltadas para a questão dos cortiços, vincularam-se à ULC os movimentos: MMC (Movimento de Moradia do Centro), a ATRM (Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca), além de outros movimentos atuantes no Ipiranga e outros bairros. A ideia era organizar uma ação coletiva e dar visibilidade às questões de precariedade das condições de moradia da população encortiçada, além de reivindicar junto ao poder público, políticas e programas habitacionais que atendessem às suas demandas (Miagusko, 2008; Neuhold, 2009).

No início dos anos 1990, divergências políticas e de atuação entre os movimentos ligados à ULC levaram à formação de grupos dissidentes. Em 1993, os movimentos do Brás, Ipiranga e Vila Formosa se desligaram e criaram o Fórum dos Cortiços e Sem-Teto. Em 1997, surgiu o MMC (Movimento de Moradia do Centro), também a partir de uma cisão com a ULC. O Fórum dos Cortiços gerou novos desdobramentos: em 1998, quando foi criado o MTSTRC (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central) e, em 1999, o MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro) (Miagusko, 2008).

Todos esses movimentos mantinham vínculos com entidades como a União dos Movimentos de Moradia (UMM), a Frente de Luta por Moradia (FLM) e a Central dos Movimentos Populares (CPM), que articulam diversas iniciativas populares e representam a classe trabalhadora. Entre os movimentos de moradia na região central está o MSTC, que ocupou o Hotel Cambridge, estudo de caso deste artigo, e esteve ligado à FLM, mas ao longo do tempo passaram a atuar de forma independente, mas mantendo parceria (Andrade, 2021).

Em março de 1997, o Fórum dos Cortiços realizou a primeira ocupação organizada no centro de São Paulo, no Casarão Santos Dumont, em Campos Elísios. A ação marcou o início das ocupações de imóveis ociosos no centro de São Paulo, como forma de pressionar o poder público por políticas habitacionais. No mês seguinte, o grupo ocupou um conjunto de casas de propriedade da Universidade de São Paulo, que estavam desocupadas, no mesmo bairro, abrigando cerca de cem pessoas despejadas de um cortiço (Neuhold, 2009).

4. Ocupação do Hotel Cambridge e a luta por moradia digna no centro de São Paulo

A trajetória do Hotel Cambridge exemplifica a desvalorização do centro de São Paulo, decorrente do deslocamento de centralidades urbanas e do esvaziamento do centro histórico pelas classes média e alta (Frúgoli, 2000; Rolnik, 2022). Inaugurado em 1953, em meio à expansão hoteleira na cidade, o edifício de 17 andares localiza-se na Avenida 9 de Julho, próximo da Praça da Bandeira, em área

a participação popular, com obras em regime de co-gestão e autogestão, e a atuação de assessorias técnicas e movimentos de moradia. Entre os princípios do Programa, estavam: "implementação de instrumentos públicos de co-gestão (poder público, movimentos populares e assessorias técnicas); financiamento para aquisição de imóveis para as associações de moradia; reforma em sistema de autogestão com a participação de assessoria técnica; projetos em menor escala, considerando as construções já existentes inseridas em lotes urbanos e a participação de pequenos grupos familiares (Sampaio, 2022, p. 101).

[5] A Unificação de Lutas de Cortiços tem um longo histórico de luta e conquistas, incluindo reformas de edifícios na área central de São Paulo pelo programa PAR-Reforma nos anos 2000-2010, e em 2014 acrescenta a letra "M", tornando-se a Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia. Segundo Sampaio *et al.* (2023, p. 115) "além dessa alteração, houve outras mudanças na estrutura da organização. Com reformulação do Estatuto em 2018, a ULCM aprimorou a sua organização diante do atual quadro político e financeiro, deixando de filiar pessoas físicas individualmente, passando a ser uma entidade que agrega e organiza outros movimentos por moradia.

privilegiada, provida de infraestrutura, serviços e transporte público como a estação Anhangabaú do metrô e o terminal Bandeira de ônibus. Foi considerado um dos hotéis mais elegantes da cidade, recebendo figuras como Nat King Cole e Claudete Soares (Monteiro, 2006).

O hotel funcionou até o final dos anos 1990, quando em 1998, a gestão passou aos herdeiros até o encerramento das atividades em 2002. Desde então, o prédio permaneceu fechado, com uso eventual para eventos. Foram localizadas dívidas do imóvel, como IPTU, débitos com a Eletropaulo, entre outras e passivos trabalhistas, resultando em penhoras e uma dívida estimada em R$ 690 mil (Andrade, 2021).

Em 2007, durante uma ação de reintegração de posse na ocupação Prestes Maia, que deixou muitos moradores sem alternativa de moradia, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) identificou um imóvel desocupado e chamou atenção para as dívidas de IPTU a ele associadas. Diante dessa situação, o MSTC iniciou um diálogo com a prefeitura, propondo a desapropriação do imóvel com o objetivo de convertê-lo em habitação de interesse social, já que o terreno estava localizado em uma Zona Especial de Interesse Social 3 (ZEIS 3), o que o tornava adequado para atender à demanda habitacional do movimento (Braconi, 2016).

Em fevereiro de 2010, o então prefeito Kassab declara o imóvel de interesse social (DIS 51.237/2010), com objetivo de desapropriação, por intermédio da COHAB, para uma possível destinação de HMP (Habitação de Moradia Popular) e não HIS (Habitação de Interesse Social), por meio do Programa Renova Centro (Moraes, 2023). Com a conjuntura que evidenciava o interesse da prefeitura em destinar o imóvel para HMP, a partir de uma Parceria Público-Privada, os movimentos MSTC e FLM se organizaram e ocuparam os edifícios que estavam na lista dos prédios localizados em ZEIS 3, e que entrariam destinados ao programa Renova Centro, segundo Moraes (2023, p. 47), “como forma de denunciar a omissão do Estado em garantir sua própria legislação, uma vez que pelo zoneamento destes edifícios, ao menos 60% dos imóveis deveriam ser destinados a HIS”. É nesse contexto que acontece a ocupação do edifício Cambridge, pelo MSTC, no dia 23 de novembro de 2012.



Fig. 3 e 4 *Mutirão de limpeza após ocupação do Cambridge.* Fonte: Stevens (2018)

Em 2013, com a eleição de Fernando Haddad, os movimentos de moradia vislumbraram maior abertura para negociações relativas à destinação de imóveis localizados em ZEIS 3 para Habitação de Interesse Social (HIS), conforme previsto no Plano Diretor de 2002. No entanto, inicialmente, não houve avanços significativos. Em 2015, a COHAB propôs uma Parceria Público-Privada (PPP) para o Edifício Cambridge, prevendo a reforma do imóvel e a criação de 121 unidades habitacionais – sendo 73 destinadas ao mercado (HMP) e 48 a HIS. A proposta foi retirada após resistência dos movimentos e discussões no Conselho Municipal de Habitação. Durante esse período, o MSTC manteve a ocupação do edifício, promovendo mutirões de limpeza, manutenção e organização comunitária, abrigando cerca de 171 famílias até 2017. Com a falta de definição sobre o uso do imóvel e ameaças de reintegração, os movimentos realizaram um acampamento em frente à Prefeitura, em setembro de 2015, pressionando por sua destinação integral à HIS. Como resultado, a Prefeitura reviu a proposta e autorizou o uso do prédio para habitação social. A COHAB lançou o Chamamento Público 02/2015, vencido pelo MSTC, e, em 2016, o edifício foi vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida (Moraes, 2023).

O projeto de reforma foi inicialmente elaborado pelo arquiteto Celso Sampaio e, posteriormente, assumido pela assessoria técnica Peabiru. O contrato com a Caixa Econômica Federal foi assinado em 2018, com início das obras em janeiro de 2019, sob regime de autogestão. A construtora Integra foi

contratada por sua experiência em projetos semelhantes. As obras foram concluídas em novembro de 2022, com emissão do Habite-se, restando apenas ajustes em áreas comuns. Os contratos dos beneficiários foram assinados em fevereiro de 2023 (Moraes, 2023).

5. Considerações finais

Desde meados da década de 1970, os movimentos de moradia em São Paulo vêm atuando pelo direito à cidade e à moradia digna, em enfrentamento às desigualdades produzidas por planos urbanísticos que historicamente privilegiaram a especulação imobiliária e aprofundaram a segregação socioespacial. Nesse cenário, os movimentos sociais urbanos emergem como formas coletivas de resistência. A Ocupação do Hotel Cambridge, realizada pelo MSTC, destaca-se como um exemplo emblemático dessa luta. Através de uma organização coletiva, o movimento afirma o protagonismo de luta pela efetivação da função social da propriedade, previsto pela Constituição Federal. Tratando-se de uma atuação insurgente que reivindica o uso legítimo dos instrumentos legais como meio de promoção da justiça socioterritorial e transformação do espaço urbano.

Nesse processo, destaca-se ainda a importância do movimento pela reforma urbana, especialmente a partir da redemocratização, que contribuiu significativamente para a criação de instrumentos legais como o Estatuto da Cidade (2001) e os planos diretores participativos. Esses marcos normativos foram conquistados com forte pressão e participação dos movimentos populares e se tornaram fundamentais para embasar juridicamente as ações dos movimentos de luta por moradia, fortalecendo suas reivindicações e ampliando as possibilidades de atuação na disputa pelo direito à cidade.

6. Referências

ANDRADE, B. M. de. (2021). *Como eu morava, como eu moro*. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ANTONUCCI, D. (1999). *Plano Diretor de São Paulo – 1991; avanços e permanências*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. https://doi.org/10.11606/D.16.1999.tde-20240819-110225.

ANTONUCCI, D. & FREITAS, O. M. de. (2023). A resiliência da Avenida Nove de Julho e o retrofit do Hotel Cambridge, São Paulo, Brasil. In: *Atas de Resumos da 11ª Conferência Internacional PNUM – Rede Lusófona de Morfologia Urbana: Morfologia Urbana, Planeamento, Recuperação e Resiliência* (176-182). ISCTE.

BONDUKI, N. G. (2004). *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. Estação Liberdade.

BRACONI, J. C. (2016). *A disputa pela moradia na região central de São Paulo: uma análise das ocupações Prestes Maia, Mauá e Cambridge*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.

CAMPOS, C. M. (2002). *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização*. São Paulo: Editora Senac.

CAMPOS, C. M. & GALESI, R. (2002). Edifício Japurá: Pioneiro na aplicação do conceito de “unité d’habitation” de Le Corbusier no Brasil. *Arquitextos*, *3*(031.02). https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/03.031/724.

FERREIRA, J. S. W. (2010). Direito à cidade: Habitação e democracia no Estatuto da Cidade. In: ROLNIK, R. (Org.). *Reforma urbana e direito à cidade* (35-57). Fundação Perseu Abramo.

FIDÉLIS, C. A. et al. (2019). *Cartilha de autogestão em habitação*. União Nacional por Moradia Popular.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. (2000). *Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. Cortez/Edusp.

MARICATO, E. (2011). *O impasse da política urbana no Brasil*. Vozes.

MIAGUSKO, E. (2008). *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: Experiências no contexto do desmanche*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MONTEIRO, A. C. de C. A. (2006). *Hotéis da metrópole: O contexto histórico e urbano da cidade de São Paulo através da produção arquitetônica hoteleira (1940-1960)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MORAES, I. P. de. (2023). *Residencial Cambridge: Possibilidades na luta por habitação social*. *Dissertação* (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

ROLNIK, R. (1997). *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. Studio Nobel/FAPESP.

— (2015). *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo.

— (2022). *São Paulo: O planejamento da desigualdade*. Editora Fósforo.

STEVENS, J. (2018). *Occupation & city: The proto-urban movements in central São Paulo*. Tese (Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie.